

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2013

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/99, de 29 de outubro, aprovou o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines (POOC Sado-Sines), abrangendo o troço da orla costeira situado entre o estuário do rio Sado e Sines. Entre os objetivos subjacentes à elaboração deste plano especial de ordenamento do território constam a classificação das praias, a regulamentação do seu uso balnear e a sua valorização e qualificação por motivos ambientais ou turísticos, de forma a assegurar que os recursos e valores do sistema ambiental não sejam afetados na sua integridade.

A alteração do POOC Sado-Sines veio a ser determinada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2007, de 17 de agosto, na medida em que os objetivos iniciais se encontravam em parte desajustados, face à dinâmica de execução dos empreendimentos turísticos previstos em instrumentos de gestão territorial e da procura das praias no troço costeiro adjacente aos mesmos. Não obstante, nos seis anos que se seguiram esta alteração não registou avanços significativos.

Por conseguinte, verificando-se que foram realizados investimentos relevantes na orla costeira entre o estuário do rio Sado e Sines, nomeadamente na requalificação de praias e dos espaços públicos, constata-se que a valorização e infraestruturização deste troço, bem como a aprovação e execução de empreendimentos turísticos previstos em instrumentos de gestão territorial, conduziram a um significativo desajuste entre as opções do POOC e a realidade existente. Com efeito, verifica-se desde logo, face aos elevados níveis atuais de procura, a desadequação das cargas de utilização das praias que suscita a necessidade de reformulação das zonas balneares e suas acessibilidades, estacionamento, infraestruturas de apoio, e tipologias dos apoios de praia.

Esta situação é particularmente evidente no concelho de Grândola, face à existência de um conjunto de planos ou projetos urbano-turísticos em execução nas áreas adjacentes à área de intervenção do POOC Sado-Sines e enquadrados pelos planos de pormenor da unidade ope-

rativa (UNOP) 5 de Troia, das áreas de desenvolvimento turístico (ADT) 2 e 3 da Comporta e ADT 4 — Fontainhas — núcleos A e B, encontrando-se os mesmos em fase adiantada de infraestruturização e cuja entrada em funcionamento se prevê para breve, sem que existam ainda as adequadas infraestruturas de acolhimento para o uso balnear.

Destaca-se ainda a opção estratégica de implementação de um modelo de turismo sustentável, assumida pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto, reforçada pela recente revisão do Plano Estratégico Nacional de Turismo, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2103, de 16 de abril, que prevê a necessidade de garantir o acompanhamento dos projetos de investimento em curso na região.

Pelo exposto, consideram-se verificadas as circunstâncias excecionais previstas no n.º 1 do artigo 100.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, resultantes da alteração das perspetivas de desenvolvimento económico e social, registada no concelho de Grândola em momento ulterior à entrada em vigor do POOC Sado-Sines.

A presente resolução procede assim à suspensão parcial do POOC Sado-Sines, no concelho de Grândola, em áreas adjacentes aos empreendimentos turísticos em execução, bem como à adoção de medidas preventivas com vista a permitir as intervenções estritamente necessárias à execução dos projetos de intervenção nas praias para as quais se considera premente concretizar o apoio balnear. O procedimento adotado em sede de medidas preventivas não obsta à normal apreciação dos projetos no âmbito dos regimes legais aplicáveis, como sejam os relativos ao domínio hídrico, à Reserva Ecológica Nacional e à Rede Natura.

Estas medidas preventivas visam garantir também a execução do futuro POOC, através da proibição da alteração substancial da situação existente e eliminando a possibilidade da realização de intervenções urbanísticas que não se destinem aos fins indicados.

Na orla costeira em causa incluem-se ainda duas áreas protegidas de âmbito nacional — a Reserva Natural do Estuário do Sado e a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha —, bem como dois sítios de importância comunitária, classificados no âmbito da Rede Natura 2000 — o Sítio Reserva Natural do Estuário do Sado, PTCON0011, e o Sítio Comporta — Galé, PTCON0034, e ainda duas Zonas de Proteção Especial classificadas no âmbito da Rede Natura 2000 — a Zona de Proteção Especial da Lagoa de Santo André, PTZPE0013, e a Zona de Proteção Especial da Lagoa da Sancha, PTZPE0014. Estas áreas classificadas foram determinantes na estratégia de ordenamento regional, ponderado o balanço do interesse nacional e as Opções Estratégicas de Base Territorial, garantindo-se a sua integridade numa perspetiva sistémica nas diversas componentes do Modelo Territorial do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo. Consequentemente, estabelece-se que os projetos de intervenção das praias ficam sujeitos a avaliação de incidências ambientais, pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas, a qual incidirá designadamente sobre aspetos de conservação da natureza e da biodiversidade, conforme estabelecido no Decreto-

-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e aspetos de salvaguarda de riscos, de sistemas biofísicos, paisagísticos, e ainda aspetos socioeconómicos.

Foi ouvida a Câmara Municipal de Grândola.

Assim:

Nos termos do n.º 1 do artigo 100.º, do n.º 9 do artigo 107.º, do n.º 2 do artigo 109.º e do n.º 1 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Suspender a aplicação da alínea i) do n.º 2 do artigo 5.º, do artigo 7.º, do n.º 1 do artigo 9.º, do n.º 2 do artigo 10.º e das alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/99, de 29 de outubro, nas áreas de proteção costeira do concelho de Grândola, adjacentes aos empreendimentos turísticos designados por UNOP 5, ADT 2, ADT 3, ADT 4 — núcleos A e B, identificadas na planta e nos quadros constantes dos anexos I e II à presente resolução, que dela fazem parte integrante.

2 — Determinar que as áreas referidas no número anterior ficam sujeitas às seguintes medidas preventivas:

a) Proibição de novas construções, com exceção dos apoios de praia ou dos equipamentos com funções de apoio de praia e respetivas infraestruturas de apoio ao uso balnear, nomeadamente acessos, previstos em projetos de intervenção a desenvolver nas praias adjacentes aos empreendimentos turísticos em execução;

b) Sujeição a parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.), da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Alentejo, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.), e da Autoridade Marítima Local, dos projetos de intervenção referidos na alínea anterior.

3 — Estabelecer que os projetos de intervenção referidos na alínea a) do número anterior devem garantir o livre acesso às praias, nos termos da lei, e ficam sujeitos a procedimento de avaliação de incidências ambientais, da responsabilidade do ICNF, I.P., e a um procedimento de participação pública a realizar pelo período de 20 dias úteis.

4 — Determinar que a suspensão e as medidas preventivas previstas nos n.ºs 1 e 2 vigoram até à entrada em vigor da alteração ou da revisão do POOC Sado-Sines ou, se esta não se verificar no prazo de dois anos, por este prazo, prorrogável por mais um ano, nos termos da lei.

5 — Estabelecer que a APA, I.P., e a CCDR do Alentejo são competentes para promover o cumprimento das medidas preventivas e proceder em conformidade com o disposto no artigo 12.º da Lei dos Solos, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro.

6 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

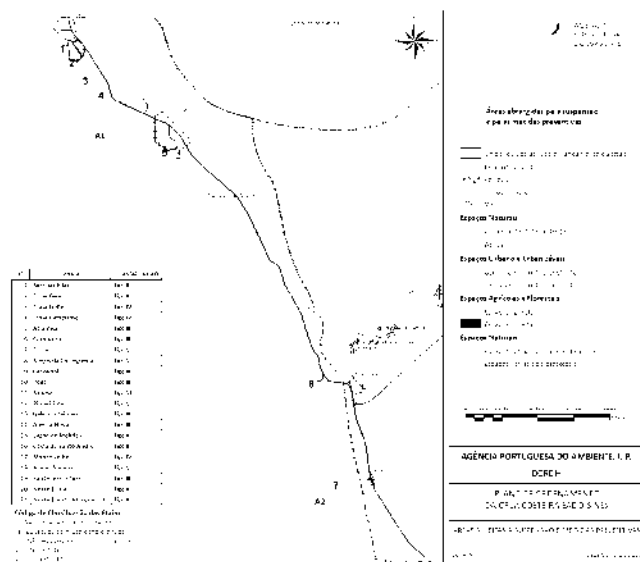
Presidência do Conselho de Ministros, 17 de outubro de 2013. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO I

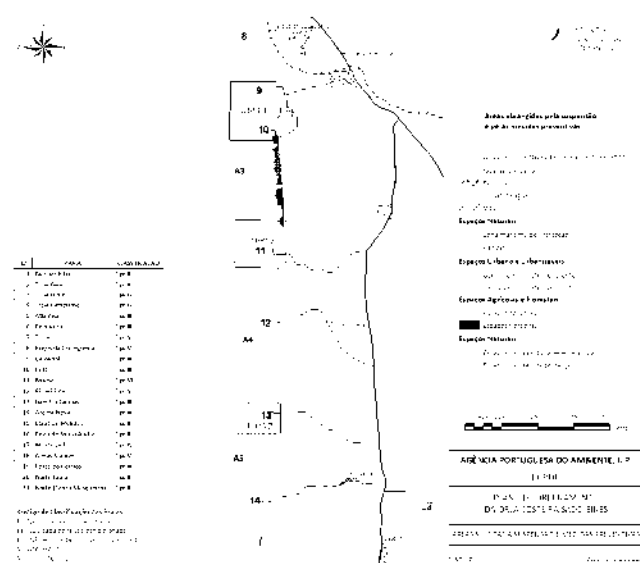
(a que se refere o n.º 1)

Planta que identifica as áreas de proteção costeira do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines

Áreas A1 e A2 — Folha A



Áreas A3, A4 e A5 — Folha B



ANEXO II

(a que se refere o n.º 1)

Quadros que identificam as áreas de proteção costeira do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines

As áreas sujeitas a suspensão e medidas preventivas são delimitadas através de polígonos que resultam da união dos vértices indicados.

Área A1

Vertice	M (m)	P (m)
1	-65166.9	-133011.1
2	-65166.9	-133011.8
3	-65161.6	-133037.4
4	-65160.9	-133077.9
5	-65160.2	-133104.9

Vertice	M (m)	P (m)
6	-65155.3	-133125.5
7	-65148.7	-133143.0
8	-65141.5	-133165.6
9	-65129.9	-133181.2
10	-65106.2	-133201.9
11	-64979.5	-133353.6
12	-64874.7	-133454.6
13	-64848.3	-133492.9
14	-64686.9	-133652.4
15	-64484.4	-133843.3
16	-64455.5	-133867.7
17	-64565.1	-133997.4
18	-64588.4	-133982.4
19	-64635.1	-133947.4
20	-64702.5	-133903.8
21	-64768.2	-133857.2
22	-64815.9	-133820.2
23	-64857.5	-133775.8
24	-64890.7	-133746.5
25	-64915.2	-133725.8
26	-64946.6	-133707.5
27	-64992.6	-133688.5
28	-65036.5	-133658.1
29	-65072.1	-133614.8
30	-65153.2	-133539.5
31	-65212.3	-133479.9
32	-65314.0	-133371.0
33	-65361.1	-133322.5
34	-65421.9	-133266.4
35	-65442.3	-133250.7
36	-65169.4	-133008.1

Área A2

Vertice	M (m)	P (m)
1	-56962.0	-146309.8
2	-57483.2	-146487.4
3	-57496.8	-146440.7
4	-57513.2	-146389.5
5	-57525.7	-146329.4
6	-57531.9	-146296.4
7	-57540.6	-146247.8
8	-57550.6	-146205.7
9	-57573.1	-146115.5
10	-57589.5	-146064.3
11	-57599.5	-146018.2
12	-57609.5	-145980.1
13	-57622.1	-145937.0
14	-57633.3	-145875.4
15	-57655.8	-145783.6
16	-57662.9	-145764.5
17	-57133.9	-145609.0
18	-57129.3	-145621.1
19	-57095.2	-145760.5
20	-57086.0	-145810.6
21	-57079.2	-145834.1
22	-57064.5	-145890.3
23	-57057.7	-145921.8
24	-57043.8	-145965.0
25	-57016.2	-146075.7
26	-57002.0	-146135.4
27	-56990.9	-146197.0
28	-56986.1	-146222.5
29	-56980.6	-146249.1
30	-56970.8	-146279.7

Área A3

Vertice	M (m)	P (m)
1	-56050.1	-153924.5
2	-56453.4	-153955.3

Vertice	M (m)	P (m)
3	-56489.6	-153335.7
4	-56497.3	-153203.9
5	-56344.7	-153192.1
6	-56173.6	-153178.9
7	-56136.4	-153176.0
8	-55929.5	-153160.0
9	-55866.8	-153633.1
10	-55858.4	-153707.2
11	-55857.2	-153788.2
12	-55856.2	-153864.2
13	-55857.8	-153909.8

Área A4

Vertice	M (m)	P (m)
1	-55678.9	-159371.7
2	-55679.9	-159541.0
3	-56224.4	-159535.0
4	-56223.4	-159370.5
5	-56212.3	-158986.1
6	-56211.3	-158785.0
7	-55666.7	-158784.3
8	-55666.7	-158785.3
9	-55667.7	-158986.8

Área A5

Vertice	M (m)	P (m)
1	-56046.2	-163664.4
2	-56059.3	-163758.7
3	-56605.5	-163740.6
4	-56588.5	-163617.8
5	-56585.2	-163565.8
6	-56574.0	-163403.4
7	-56562.0	-163279.0
8	-56560.5	-163259.5
9	-56556.4	-163240.6
10	-56549.8	-163223.1
11	-56543.2	-163206.7
12	-56537.9	-163191.2
13	-56536.2	-163163.3
14	-56529.1	-163110.3
15	-56521.8	-163045.4
16	-56521.2	-163002.4
17	-56520.5	-162988.7
18	-55975.6	-162987.4
19	-55976.7	-163011.1
20	-55977.6	-163071.5
21	-55988.6	-163168.9
22	-55993.8	-163207.9
23	-55998.8	-163291.9
24	-56023.8	-163363.6
25	-56031.2	-163440.0
26	-56041.8	-163593.5

Nota: As coordenadas dos vértices que delimitam as áreas encontram-se no sistema de coordenadas EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89, origem no ponto central).